

Levantamento sobre a Alimentação Escolar na rede municipal de ensino do Arquipélago do Marajó



APRESENTAÇÃO

Este levantamento foi realizado por iniciativa do Grupo de Trabalho 4, do GAEPE Arquipélago do Marajó, sob a coordenação da Secretária de Educação de Afuá, Kelly Salomão. A sua elaboração foi de responsabilidade da nutricionista Neila Guedes Neves (SEMED-Afuá), que teve o apoio da Ivanira Dias (CECANE/UFGA), do Izionildo Cardoso (SEBRAE/PA) e do Sérgio Bacury (TCM/PA). A sua aplicação ocorreu entre outubro-novembro/2022, tendo sido respondido por servidor(a) responsável pelo setor de alimentação escolar de cada Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Todas as SEMEDs do Marajó participaram deste levantamento, com exceção do município de Portel, que não respondeu ao formulário.

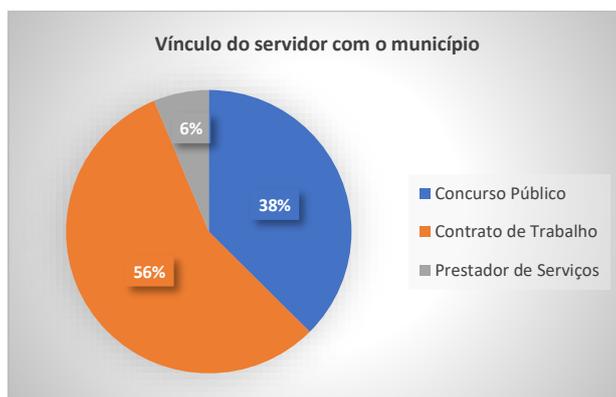
O levantamento teve por objetivo verificar a situação da alimentação escolar na rede municipal de ensino dos municípios do Marajó, e diagnosticar qual o percentual de atendimento dos produtos oriundos da agricultura familiar, qual o percentual de contrapartida de recursos oriundos da Prefeitura, se estão conseguindo ofertar a alimentação com esses produtos, e outras informações.

O resultado deste levantamento servirá de base para discussão sobre a necessidade de aprimoramento da alimentação escolar nos municípios do Marajó junto ao FNDE e MEC, no âmbito do GAEPE Arquipélago do Marajó.

IDENTIFICAÇÃO DO(A) GESTOR(A) DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO

Vínculo do servidor com o município

Do total de 16 responsáveis pelo setor de alimentação escolar nas SEMEDs, 06 (38%) são servidores concursados, 09 (56%) possuem contrato de trabalho, e 01 (6%) é prestador de serviços.



Isto significa que pouco mais de 1/3 dos servidores responsáveis pelo setor de alimentação escolar tem estabilidade no emprego, ou seja, tem garantia de continuidade na gestão municipal nessa área de atuação da Educação. O restante (2/3) tem elevada probabilidade de não continuar a cada mudança da gestão municipal, o que exige atenção e providência dos gestores municipais em realizar concurso público para essa categoria de profissionais da Educação.

Tempo de atuação do servidor no município

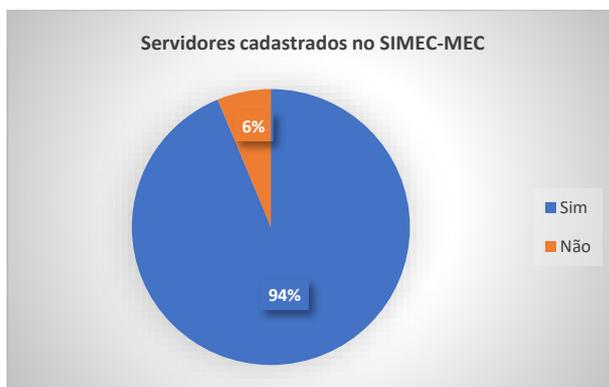
Dos 16 responsáveis, 07 (44%) assumiram suas funções à frente da área da alimentação escolar entre 2021-2022, ou seja, na atual gestão municipal, 05 (31%) estão atuando na área desde o início dos anos 2010, e 04 (25%) estão desde os anos 2000.



Este resultado reforça a argumentação registrada anteriormente, de que a não realização de concurso público implica que, quando ocorre a mudança na gestão municipal, há substituição direta desses profissionais que se encontram na situação de contratado ou prestador de serviços, incorrendo uma espécie de recomeço no processo de conhecimento, aprendizagem e atuação na área de alimentação escolar.

✚ Cadastro no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC

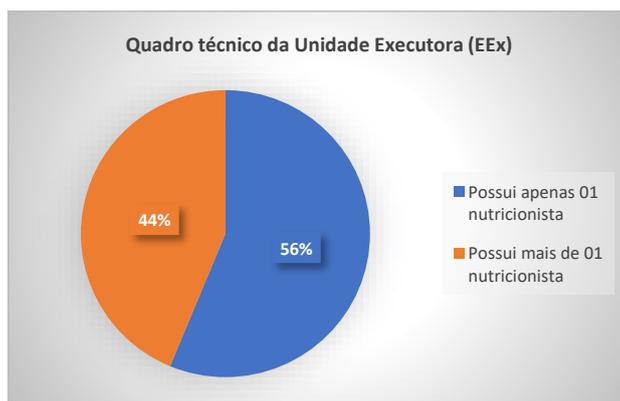
Dos 16 responsáveis, 15 (93%) são cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) do MEC. Apenas o responsável pela alimentação escolar de Bagre não é cadastrado, o que exige providências desse município para efetuar esse registro.



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA (EEx)

✚ Quadro técnico da Entidade Executora (EEx)

Nas SEMEDs dos 16 municípios, apenas 07 (44%) existem outros nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, compondo o quadro técnico (QT) da Entidade Executora. Nos demais, 09 (56%) municípios, existe somente 01 nutricionista realizando todas as atividades pertinentes à essa área da gestão educacional.

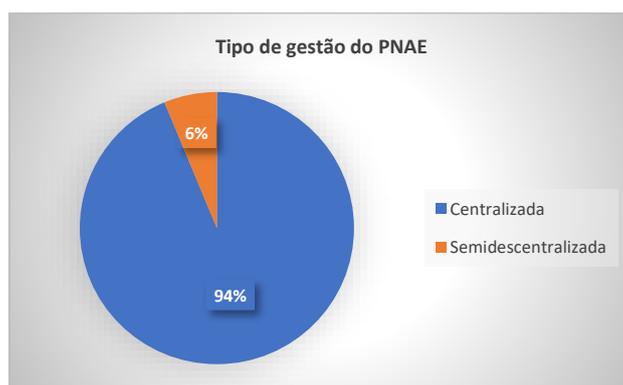


Este resultado é preocupante, pois um único profissional é insuficiente para coordenar e executar todas as ações da alimentação escolar, como a elaboração do calendário de distribuição da merenda escolar, a realização de teste de aceitabilidade de cardápio com os alunos, a identificação do perfil epidemiológico da população atendida e os hábitos alimentares da localidade e a sua vocação agrícola, a realização da capacitação de manipuladores de alimentos nas escolas, a sua participação no processo licitatório e chamada pública para aquisição dos gêneros alimentícios do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), a realização de visitas às escolas para verificar a execução do PNAE, e outras.

Por sua vez, existindo apenas 01 nutricionista, significa dizer que a Entidade Executora não possui um quadro técnico (QT), mas tão somente um responsável técnico (RT) e, considerando o contingente de alunos matriculados na rede de ensino municipal, não está havendo em alguns municípios o cumprimento da legislação em vigor que define o total de nutricionistas por quantidade específica de alunos matriculados. É indispensável e necessário que as SEMEDs reforcem o seu quadro de pessoal com mais profissionais na área de alimentação escolar, para intensificar as ações nessa área educacional e, sobretudo, acompanhar e fiscalizar a qualidade da alimentação escolar servida aos alunos da sua rede de ensino.

Tipo de gestão do PNAE

Em 15 municípios (94%), a gestão do PNAE é centralizada, ou seja, a gestão da alimentação escolar, incluindo compra e distribuição para as escolas, é realizada diretamente pela SEMED. Apenas em Curralinho que a gestão é semidescentralizada, que se constitui no modelo em que a SEMED compra os alimentos não perecíveis e os distribui nas escolas, e repassa os recursos para as escolas ou para empresas contratadas para fornecer os produtos às escolas.



Participação da Entidade Executora (EEx) com recursos próprios na alimentação escolar

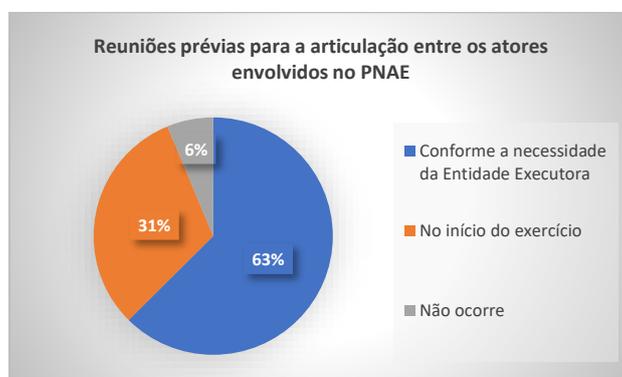
Em todos os municípios do Marajó ocorre a participação da Entidade Executora (EEx) com recursos próprios na alimentação escolar, em complementação aos recursos repassados pelo PNAE, sendo que em 11 municípios (69%) essa participação se dá em relação à aquisição de gêneros alimentícios, e em 5 (31%) a participação é voltada para a logística de distribuição de alimentos.



No que diz respeito à aquisição de produtos da agricultura familiar para atendimento da alimentação escolar, em 10 municípios (63%) há uma boa articulação das SEMEDs com as demais secretarias municipais envolvidas com esse segmento produtivo, e nesses municípios há interesse em adquirir produtos da agricultura familiar. Contudo, somente em 04 (25%) municípios há relação próxima das SEMEDs com as entidades locais de assistência técnica e extensão rural (ATER).

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) apoia a gestão municipal nas questões pertinentes à compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE em 11 (69%) municípios.

Em 15 municípios ocorre reuniões prévias para a articulação entre os atores envolvidos no PNAE, sendo que em 10 (63%) municípios essa reunião se dá conforme a necessidade da Entidade Executora (EEx) e em 05 (31%) no início de cada exercício. Somente em Oeiras do Pará é que não são realizadas reuniões com essa finalidade.



INFORMAÇÕES SOBRE A CHAMADA PÚBLICA

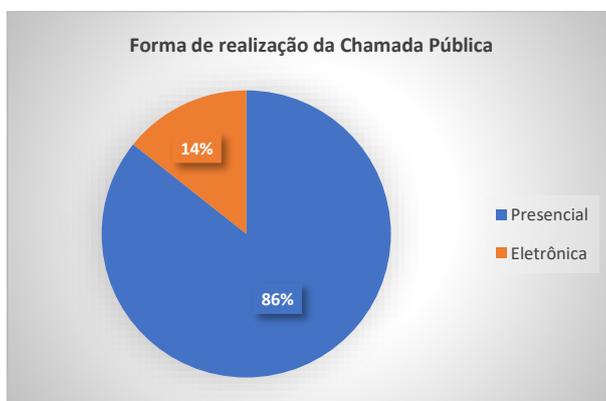
Realização da Chamada Pública para a compra de produtos da agricultura familiar

De acordo com o art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

Para tanto, os municípios se utilizam da Chamada Pública para aquisição dos produtos da agricultura familiar. Em 2021, 14 (87%) municípios realizaram a Chamada Pública. Os municípios de Bagre e Melgaço não adotaram esse procedimento nesse ano.



Dos 14 municípios que realizaram a Chamada Pública, 12 (86%) procederam por forma presencial, e 02 (14%) por meio eletrônico.



A forma de divulgação do edital da Chamada Pública foi bastante variada e por instrumentos simultâneos: por meio do Diário Oficial e do site da Prefeitura (10 municípios), do mural da Prefeitura (09 municípios), divulgação junto às organizações locais da agricultura familiar e/ou nas entidades de ATER (05 municípios), jornal de grande circulação (03 municípios), rádio local (02 municípios, e no mural das escolas (01 município).

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Elaboração dos cardápios da alimentação escolar

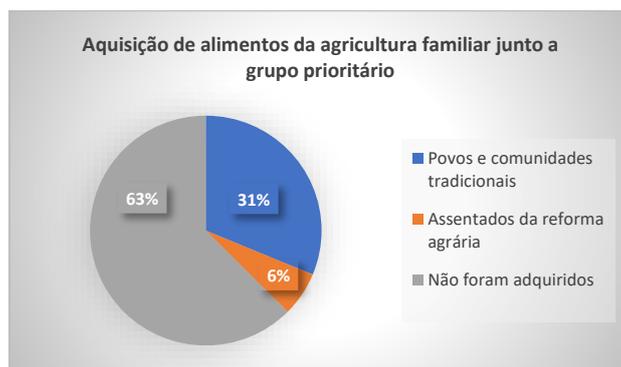
Para a elaboração dos cardápios da alimentação escolar, diversas atividades foram realizadas pelo responsável técnico (RT) e/ou pelo quadro técnico (QT) da Entidade Executora (EEx) nos 15 municípios. Bagre não apresentou resposta.

Foi prevista a inclusão de alimentos da agricultura familiar (12 municípios), foram avaliados os hábitos alimentares e cultura alimentar de cada localidade (09 municípios), foi prevista a amostra para o teste de qualidade dos produtos da agricultura alimentar (09 municípios), participou da pesquisa de preços dos alimentos que compõem o cardápio da alimentação escolar (05 municípios), foi prevista a inclusão de alimentos regionais e/ou da socio biodiversidade (11 municípios), houve acesso ao mapeamento da

produção da agricultura familiar local por conta própria (07 municípios), e houve trabalho junto às entidades que prestam ATER (06 municípios).

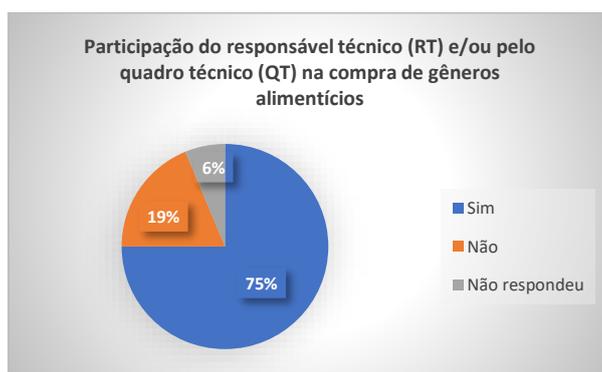
Dentre os 16 municípios, em 05 (31%) ocorreu caso de não haver proposta (projeto de venda) para determinados produtos que contemplava a pauta de compras.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar realizada não foi majoritariamente de algum grupo prioritário: somente em 05 (31%) municípios a aquisição se deu junto aos povos e comunidades tradicionais, e apenas em 01 (6%) município é que foi adquirido diretamente dos assentados da reforma agrária.



Os produtos adquiridos da agricultura familiar em 2021 foram alimentos processados: polpas de frutas (10 municípios), frutas e hortaliças minimamente processados (04 municípios), alimentos cárneos (e ovos) e derivados (02 municípios), panificados (02 municípios), e alimentos lácteos e derivados (01 município). Os municípios de Anajás, Bagre, Melgaço e Ponta de Pedras não adquiriram esses alimentos oriundos da agricultura familiar.

Em 12 (75%) municípios o responsável técnico (RT) e/ou pelo quadro técnico (QT) da Entidade Executora (EEx) participou do processo de compra de gêneros alimentícios. Em Currálinho, Gurupá e Melgaço não houve participação desse profissional nesse processo de compra.

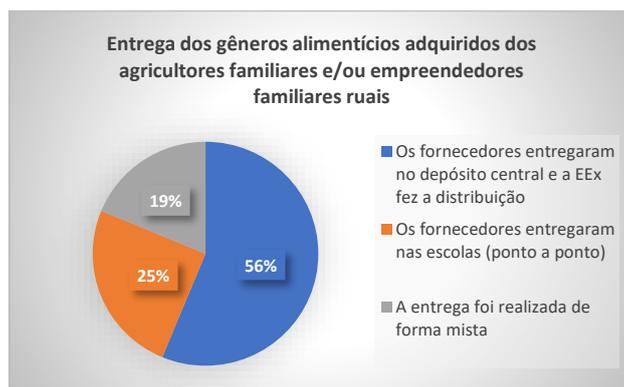


A participação desses profissionais no processo de compra ocorreu por ocasião da Chamada Pública (09 municípios), no Termo de Referência (08 municípios), junto aos fornecedores (05 municípios), e na avaliação dos preços (02 municípios).

A definição de preços dos gêneros da agricultura familiar para a Chamada Pública se deu nas feiras de agricultores familiares (08 municípios), nas feiras e mercados tradicionais (07 municípios), junto às

cooperativas (06 municípios), em mercados convencionais (03 municípios), e pelo menor preço (02 municípios).

Em 09 (56%) municípios a forma de entrega dos gêneros alimentícios adquiridos dos agricultores familiares e/ou empreendedores familiares ruais em 2021 se deu com os fornecedores entregando no depósito central e a EEx fazendo a distribuição para as escolas, em 04 (25%) municípios os fornecedores entregaram nas escolas (ponto a ponto), que foi o caso de Afuá, Anajás, Bagre e Chaves, e em 03 (19%) municípios a entrega foi realizada de forma mista, situação de Cachoeira do Arari, Curralinho e Melgaço.

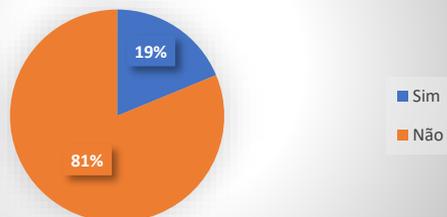


As dificuldades que interferiram no processo de aquisição desses gêneros alimentícios em 2021 foram inúmeras: quantidade de produção local (11 municípios), quantidade dos produtos (07 municípios), logística de entrega (09 municípios), variedade (05 municípios), inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, respeitando a sazonalidade dos produtos (03 municípios), condições de recepção e armazenamento da EEx, assim como dificuldade de elaboração do cardápio adequado à produção local (02 municípios), pesquisa de preço (01 município), cumprimento do contrato de compra e venda (01 município), cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes (01 município), elaboração de edital de Chamada Pública (01 município), elaboração do projeto de venda pelos agricultores (01 município), articulação (mapeamento) prévia dos atores sociais antes da Chamada Pública (01 município), previsão do orçamento para aquisição dos produtos da agricultura (01 município), habilitação e seleção dos projetos de venda (01 município), amostra para controle de qualidade (01 município).

A quantidade e variedade dessas dificuldades existentes para a aquisição dos gêneros alimentícios junto à agricultura familiar atesta a necessidade, por um lado, de estruturação desse setor produtivo com condições de fornecer produtos para a alimentação escolar, o que vai exigir a parceria com órgãos e entidades relacionadas com esse setor, e, por outro lado, a capacitação contínua tanto dos responsáveis pelas EEx quanto dos próprios produtores rurais, papel a ser desempenhado pelos órgãos e entidades que realizam essa atividade.

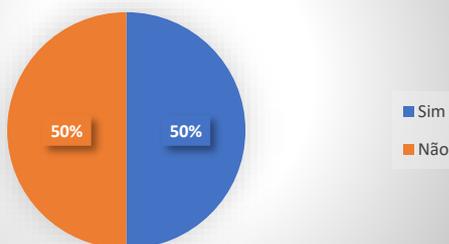
As SEMEDs precisam estruturar de forma mais adequada as suas Entidades Executoras (EEx). Somente em Chaves, Melgaço e Gurupá é que as EEx dispõem de transporte adequado para a distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos para o PNAE, inclusive aqueles provenientes da agricultura familiar. Nos demais municípios o transporte não é adequado.

Transporte adequado para a EEx distribuir os gêneros alimentícios adquiridos para o PNAE e da agricultura familiar



A mesma realidade também ocorre com relação a depósito adequado para o armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos para o PNAE, inclusive aqueles provenientes da agricultura familiar. Somente em Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Soure é que existem depósito adequado para essa finalidade, não ocorrendo a mesma situação nos demais municípios do Marajó.

Depósito adequado para o armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos para o PNAE e da agricultura familiar

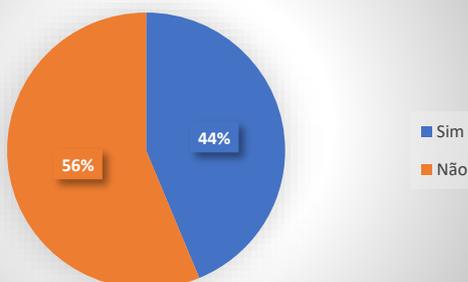


AGRICULTURA FAMILIAR - EMATER

Serviço de Inspeção Municipal

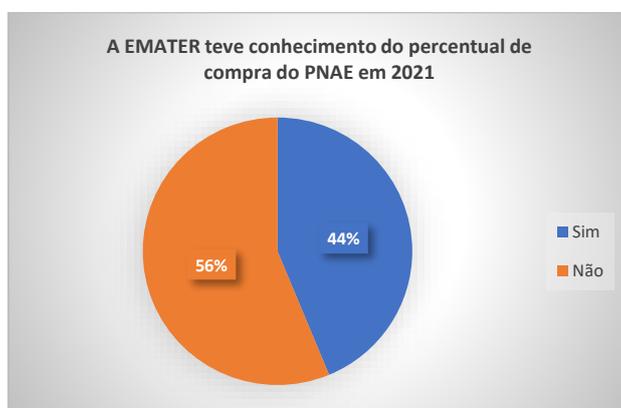
Em apenas 07 (44%) municípios existe o serviço de inspeção municipal.

Serviço de Inspeção Municipal

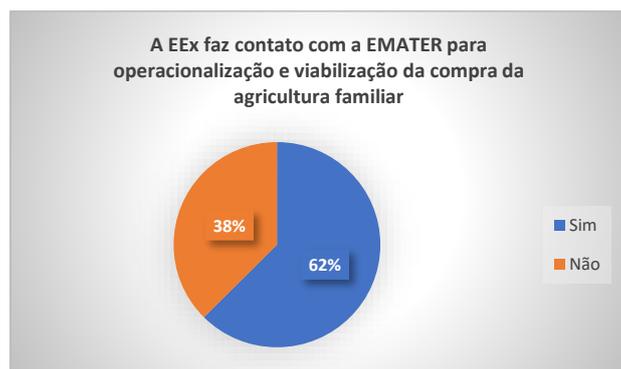


Dentre as principais demandas solicitadas pelos agricultores familiares voltadas à participação no PNAE, destacam-se: emissão de DAP (14 municípios), elaboração de projeto de venda (07 municípios), assistência técnica em sua produção (08 municípios), e certificação para produtos beneficiados (05 municípios). Essas demandas reforçam a necessidade de articulação e parceria com os órgãos e entidades voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, visando justamente criar condições para a expansão e melhoria da oferta de gêneros alimentícios desse segmento produtivo para a alimentação escolar.

E essa articulação deve ser feita sobretudo pelas SEMEDs, pois provavelmente pela sua inexistência é que somente em 07 (44%) municípios é que a EMATER, que é a entidade estadual que presta assistência técnica aos agricultores rurais, teve conhecimento do percentual de compra do PNAE em 2021.



A comprovação dessa necessidade de estreitamento com a EMATER, e outras entidades do setor, se evidencia no fato de que somente em 10 (62%) municípios é que vem ocorrendo contato da Entidade Executora (EEx) com a EMATER, para operacionalização e viabilização da compra da agricultura familiar. É preciso ampliar e intensificar essa parceria.



Para as EEx é de fundamental importância a agricultura familiar no desenvolvimento do município. Vai além de simplesmente ser uma fonte de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Para estes, a agricultura familiar gera renda familiar e emprego; inclui várias famílias têm sua subsistência advinda dos produtos da agricultura familiar, porém não há um movimento muito sólido no município para que os agricultores se sintam confiantes para vender sua produção; é importante para a alimentação de qualidade e para incentivar mais o agricultor a plantar com qualidade; fomenta a economia local; faz com que a renda circule, gerando recursos e empregos no município, fornece alimentos que estão disponíveis no cardápio escolar, e fornece produtos *in natura*, e com maior teor nutricional.

Da mesma forma, para as EEx o PNAE é muito importante para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no município, pois incentiva a produção agrícola; é uma opção para que as famílias possam escoar a produção, visto que o mercado local é pequeno e não tem muitas opções para a venda da produção, por isso acabam também não plantando muito; incentiva ainda mais os municípios na articulação e mobilização com os agricultores, para que os alunos possam ter uma alimentação mais saudável; possibilita compra de produtos com preços atrativos, incentivando cada vez mais a produção local, fornece aos alunos da rede pública de ensino um alimento de qualidade e acessível a todos.

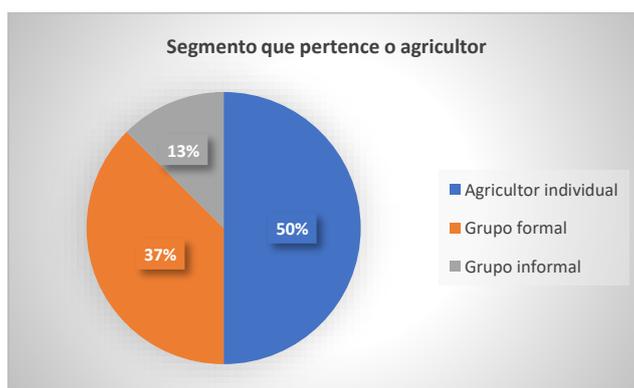
Na opinião das EEx, o grau de interesse dos agricultores em vender para a alimentação escolar é elevado, vem aumentando a cada ano, porém não participam da Chamada Pública, falta variedade nos produtos, falta mais conhecimento e informações sobre esse processo, não estão devidamente organizados, acham que as exigências das EEx são elevadas e desconhecem que essas exigências estão determinadas pela legislação vigente, e falta o incentivo de políticas públicas de incentivo ao agricultor rural.

Por fim, para as EEx o percentual de compra de gêneros para a alimentação escolar oriundos da agricultura familiar que os seus municípios deveriam ou teriam potencial de atingir fica entre 30% a 50%, ou seja, em comparação ao que é adquirido atualmente, tem espaço suficiente para ampliar essa oferta. Evidentemente que para compatibilizar a demanda e a oferta desses produtos, muito precisa ser feito em termos de ações públicas para atingir essa meta.

AGRICULTURA FAMILIAR - AGRICULTOR

📊 Segmento que pertence o agricultor

Os agricultores que se relacionam com as EEx nos municípios estão segmentados da seguinte forma: em 08 (50%) municípios são agricultores individuais, em 06 (37%) municípios são oriundos de grupos formais, e em 02 (13%) municípios se constituem em grupos informais.



Em 09 municípios esses agricultores não pertencem a nenhum grupo de identificação específica, em 06 municípios são ribeirinhos, em 02 municípios localizam-se em assentamentos da reforma agrária, e em 02 municípios são de área quilombola.

Em 13 (81%) municípios os agricultores recebem algum tipo de assistência técnica para a produção, mas em Chaves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista não há esse apoio técnico aos produtores locais.



Em geral, essa assistência técnica aos produtores rurais é realizada pela EMATER (08 municípios), por órgãos desse setor dos próprios municípios (08 municípios), por órgãos estaduais (02 municípios), pela Universidade (01 município) e por outros (04 municípios).

Alguns produtores rurais possuem certificação para os seus produtos: selo de produtos artesanais, pela ADEPARÁ (07 municípios), pelos sistemas de inspeção federal/estadual/municipal - SIF/SIE/SIM (02 municípios), e de orgânicos (01 município). Em geral, os produtos certificados se resumem a polpa de frutas, principalmente de açaí, existindo caso de filé de peixe e farinha de mandioca. Em 07 municípios não há registro de certificação dos produtos rurais.

As dificuldades apresentadas pelo agricultor na produção são: custo elevado dos insumos (10 municípios), pouco volume de produção (08 municípios), problemas com a comercialização (04 municípios), pouca e/ou falta de assistência técnica (05 municípios), falta de apoio da gestão municipal (03 municípios), falta de mão-de-obra (03 municípios), e problemas climáticos/pragas (02 municípios).

Em 14 (87%) municípios há registro de que os agricultores rurais já forneceram seus produtos para o PNAE. Somente em Chaves e Ponta de Pedras é que não ocorre o fornecimento desses produtos para a alimentação escolar. Nesse caso, há necessidade de que a gestão desses municípios empreenda ações voltadas para organizar, dinamizar e adquirir gêneros alimentícios da produção rural para a alimentação escolar.



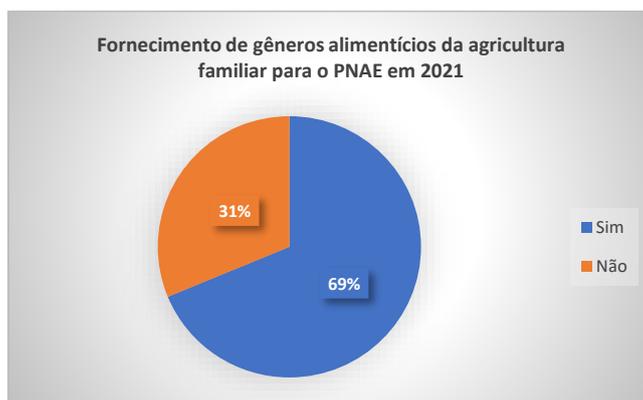
Evidentemente que esse processo de compra-venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar não é dinâmico e contínuo. Há contínuas interrupções ao longo do tempo. Dentre os motivos pelo qual os agricultores deixam de fornecer para o PNAE, tem-se: falta de capital de giro (dinheiro em caixa), ocorrente em 06 municípios, falta de meio de transporte próprio da organização (05 municípios), pouco volume de produção (05 municípios), regularidade na produção (05 municípios), falta de certificação

sanitária (05 municípios), elaboração, por parte dos agricultores, do projeto de venda (04 municípios), cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes (03 municípios), preço dos itens não cobre os custos da produção (02 municípios), e falta de beneficiamento dos produtos (01 município).

Quando ocorre as reuniões de articulação entre os atores envolvidos no PNAE, para o planejamento da Chamada Pública, os agricultores são convidados conforme a necessidade do município (08 municípios) ou somente no início do exercício (05 municípios). Em Bagre, Oeiras do Pará e Santa Cruz do Arari não há registro de participação dos agricultores para o planejamento da Chamada Pública.



Evidentemente que deve ocorrer maior interação, participação e parceria entre as EEx e os agricultores familiares, sob pena de não melhorar e não ampliar a relação de compra-venda desses produtos para a alimentação escolar. E essa realidade se evidencia quando se analisa o fornecimento de gêneros alimentícios desse segmento produtivo para o PNAE em 2021: em 11 (69%) municípios ocorreu o fornecimento desses produtos, mas não houve compra da agricultura familiar nesse ano para o PNAE em Bagre, Chaves, Melgaço, Muaná e Ponta de Pedras.



Os meios pelo qual é disponibilizado o edital da Chamada Pública para conhecimento/acesso dos agricultores são diversos: mural da Prefeitura (10 municípios), mensagens de grupos de Whatsapp/Telegram (08 municípios), site da Prefeitura na Internet (07 municípios), nas organizações locais da agricultura familiar e/ou nas entidades de ATER do município ou do Estado (06 municípios), diário oficial (04 municípios), jornal de grande circulação (02 municípios), e rádio local (01 município).

Os agricultores têm diversas dificuldades para participar das Chamadas Públicas para o PNAE: falta de documentação exigida para habilitação (10 municípios), desconhecimento das normas do PNAE (09

municípios), falta de produção (06 municípios), não tomou conhecimento do edital da Chamada Pública (05 municípios), e falta de articulação com a gestão municipal (04 municípios).

Os agricultores têm também dificuldades para a entrega dos produtos contratados: não conseguiu produzir o volume contratado (07 municípios), falta de transporte (06 municípios), pedidos de entrega fora do prazo (06 municípios), distância entre os locais de entrega (escolas ou depósito central) e a propriedade dos agricultores (06 municípios), problemas climáticos/pragas (02 municípios), e por não ter conseguido fechar o contrato (01 município).

Com relação a problemas no recebimento pelos agricultores do valor da venda dos produtos, só há registro dessa situação em Breves e Melgaço, por conta de irregularidade na documentação apresentada, e cancelamento de itens contemplados na Chamada Pública. Não houve ocorrência dessa situação nos demais municípios.

Os agricultores já enfrentaram os seguintes problemas com relação aos pedidos dos produtos: pedido de entrega de qualidade muito pequena (05 municípios), pedido de entrega de quantidade superior à capacidade produzida no período (04 municípios), pedido de entrega fora do prazo do cronograma de entrega acordado (02 municípios), pedido de entrega de produtos em desacordo à sazonalidade dos produtos (01 município).

Os gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar são variados:

- limão, couve, cheiro verde, chicória, salsinha, cebolinha, alfavaca, alface, cariru, jerimum, abóbora, feijão verde, jambu, coentro, pimentinha de cheiro, caruru, repolho, feijão verde
- macaxeira, jerimum, limão, maxixe, quiabo
- farinha de mandioca, farinha de tapioca, goma de tapioca, pães
- manga, muruci, acerola, melancia, açaí, banana, mamão, abacaxi, limão, laranja
- polpas de frutas, ovos, frango, filé de peixe